

Comunistas defendem unidade da esquerda e denunciam governo FHC

Foi ao ar em cadeia nacional de rádio e TV, no dia 25, o programa do PCdoB. Foi apresentado por um homem e uma mulher que levantaram os principais tópicos da crise. Com um tom de jornalismo futebolístico, o programa de pontuou temas como desemprego, fome, seca, epidemias na área da saúde, a privatização da Telebrás etc.

João Amazonas, presidente do Partido, fez a defesa da unidade da esquerda. Renato Rabelo, vice-presidente, apresentou propostas para o verdadeiro desenvolvimento do país. Haroldo Lima, deputado federal baiano, apresentou a banca do PCdoB e denunciou a corrupção no governo FHC. Jô Moraes, do PCdoB mineiro, defendeu os direitos da mulher.

A Classe Operária



R\$ 1,00

Orgão Central do Partido Comunista do Brasil

Novo governo, novo rumo para o país

PCdoB apresenta proposta de programa para a oposição



O PCdoB apresentou aos partidos que compõem a Frente de Oposição Unida uma proposta de programa para o governo Lula-Brizola. A proposta (veja trechos nesta edição) contempla a adoção de medidas de emergência

para enfrentar a grave crise social. Aponta para a necessidade de uma transição que reduza as taxas de juros praticadas no país e redimen-

sione o câmbio sobrevalorizado.

A prioridade dos investimentos deve ser direcionada para as atividades produtivas e geradoras de emprego. Saúde, educação e reforma agrária são outros itens abordados pela proposta, que será discutida com PT, PDT, PSB e PCB, que integram a coligação oposicionista e defendem a candidatura de Lula para presidente e Brizola vice-presidente do Brasil. O PCdoB aprovou, na sua convenção realizada no último dia 21, as candidaturas de Lula e Brizola

Páginas 2 e 3

Governo coloca a Telebrás na bandeja

A privatização do sistema de telefonia do Brasil, prevista para o dia 29 de julho, é um dos principais temas da atual fase da campanha eleitoral. Enquanto FHC atropela a legislação e impõe a venda a qualquer preço, a oposição denuncia que o desmembramento da Telebrás em 12 empresas e a sua

transferência para operadoras estrangeiras trarão enormes prejuízos para o país. Pesquisa mostra que a maioria da população é contra a privatização. Para preparar a venda, o governo elevou as tarifas e a tendência é de queda na qualidade dos serviços

Páginas 4 e 5

Policarpo e o sonho de um país feliz

O diretor Paulo Thiago decidiu filmar *O triste fim de Policarpo Quaresma*, uma das mais importantes obras da literatura brasileira. O filme, em exibição em todo o país, narra a história de um nacionalista ingênuo, no início do século. Segundo Paulo Thiago, "havia três pontos provocantes que poderiam ser realçados numa

adaptação para a tela: o patriotismo excessivo do personagem, num momento em que só se fala em globalização; um personagem sonhador e idealista, num momento de crise de idéias; e um personagem de princípios, ético, que vive no império do jeitinho"

Última página

A crise na Ásia e seus reflexos no Brasil

As sucessivas quedas nas bolsas asiáticas e as dificuldades econômicas do Japão demonstram que a crise capitalista é um fato. Nosso desafio é interpretá-la com uma perspectiva revolucionária, prever seus desdobramentos e pensar uma solução que, ao contrário do neoliberalismo, contemple os interesses dos trabalhadores - uma alternativa socialista.

No Brasil, que pratica os juros mais elevados do planeta (depois da Rússia), os reflexos da crise aprofundam ainda mais a dependência econômica, devido à política entreguista de Fernando Henrique Cardoso



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois
Página 7
Crise leva sul-coreanos ao desespero



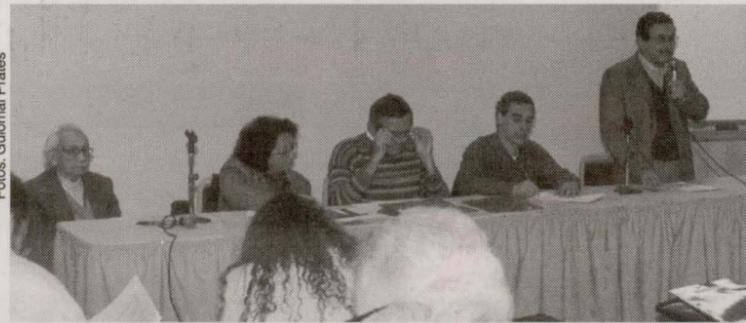
Novo governo, novo rumo para o Brasil

Carlos Pompe

A convenção nacional do Partido, realizada no último dia 21, no Hotel Danúbio, em São Paulo, aprovou a indicação de Lula (PT) e Brizola (PDT) para candidatos a presidente e vice-presidente da República. Comunistas de todo o país discutiram a situação nacional e as realidades eleitorais dos vários Estados, analisando as possibilidades eleitorais do PCdoB nas campanhas para a Câmara Federal e Assembléias Legislativas, e as coligações que disputarão os governos dos Estados.

Batalha histórica

João Amazonas, presidente do PCdoB, destacou a necessidade de derrotar o neoliberalismo de FHC, com a vi-



Renato Rabelo: "Um novo pacto político deve ser estabelecido"

tória da candidatura Lula-Brizola: "Estamos vivendo uma batalha histórica. A unidade das esquerdas poderá garantir a vitória das oposições, com o apoio das mais variadas forças políticas. Precisamos de um novo governo, que garanta um novo rumo para o Brasil. O inimigo é forte. Fernando Henrique uniu em sua volta o que há de reacionário na

vida política nacional, e tem o apoio dos imperialistas e do capital financeiro. Mas se aumentarmos a nossa união, derrotaremos FHC".

Destacando que o PCdoB objetiva alcançar 1% dos votos do eleitorado brasileiro (cerca de 700 mil eleitores) e eleger deputados em todos os Estados, o vice-presidente do Partido, Renato Rabelo afirmou que o quadro é diferenciado, nas várias regiões do país. "Em muitos Estados, os partidos de esquerda não estão unidos. Lula e Brizola participarão de palanques separados na campanha presidencial, como em São Paulo e no Rio Grande do Sul", afirmou.

Política de finanças

Renato defendeu maior amplitude para a chapa oposicionista: "Um novo pacto político deve ser estabelecido, baseado nas forças democráticas e progressistas, que garanta a autonomia do Brasil na definição de suas políticas econômico-financeiras, sociais etc. O do novo projeto político, que redefina o Brasil para os brasileiros, deve envolver a necessária transição."

A convenção aprovou a realização de uma ampla campanha contra a privatização da Telebrás, envolvendo os mais variados setores da sociedade.

O tesoureiro do PCdoB, Ronald Freitas, alertou para a necessidade das direções estaduais "elaborarem uma programação financeira e de captação de recursos. Devemos angariar fundos para a campanha presidencial (os cofres da frente Lula-Brizola) e para os candidatos comunistas. Temos que buscar todos os setores que sofrem com a política de FHC. Devemos cuidar igualmente do gerenciamento legal e administrativo das verbas, tendo em conta a legislação partidária e eleitoral."

O presidente do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu, fez questão de comparecer à convenção dos comunistas, e destacou a importância da atividade do Partido na formação da Frente Única da Oposição (veja quadro ao lado).

PARLAMENTARES COMUNISTAS PRESTAM CONTAS

Inácio, onde tem luta

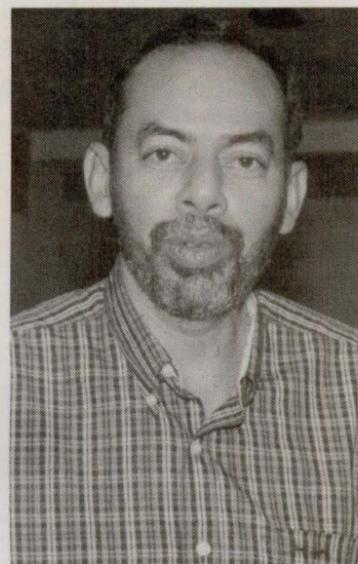
O deputado federal Inácio Arruda (PCdoB/CE) demonstrou vigorosa presença política no cenário social e intensa atuação parlamentar desde que foi eleito, em 1988, vereador em Fortaleza. Em 1990, foi eleito o deputado estadual mais votado de Fortaleza e da Frente Ceará Popular. Nesta legislatura integrou as comissões de Constituição e Justiça e de Meio Ambiente.

Em 94, a articulação entre as lutas de plenário de rua possibilitaram a eleição de Inácio, com mais de 90 mil votos (terceiro no Estado) para a Câmara dos Deputados, onde integra as comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática; de Planos, Orçamento Público e Fiscalização; e de Defesa do Consumidor, Meio Ambiente e Minorias. Desde 95, promove audiências públicas para tratar de temas diversos, da política nacional de satélites, passando pela proteção do trabalhador em face da automação, ao Programa de Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (Prodetur/NE). Integrou as comissões especiais que examinaram as Propostas de Emenda à Constituição (PECs) prorrogando o Fundo Social de Emergência (hoje Fundo de Estabilização Fiscal, FEF).

Em defesa do patrimônio nacional

Inácio pediu urgência para a votação em plenário do projeto de taxação das grandes fortunas. O boicote à votação, liderado pelo Planalto mostrou, na prática, que o governo neoliberal somente cogita onerar a população, como ficou novamente evidenciado no pacote emitido por ocasião da recente crise das bolsas.

Em defesa do patrimônio nacional, Inácio ingressou com ações populares contra os leilões da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e da Companhia Energética do Ceará (Coelce). Apresentou seis emendas ao projeto do Executivo relativo ao sistema Telebrás e exploração dos serviços de telecomunicações. Encaminhou projetos de decreto legislativo e de fiscalização e controle para barrar o acordo entre Petrobrás e Norberto Odebrecht, lesivo aos interesses nacionais. Contra o uso privado de recursos públicos no Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e no



Inácio: atuação abrangente

Banco do Estado do Ceará (BEC), Inácio ingressou no Tribunal de Contas da União (TCU).

O deputado fez pronunciamentos acerca do descaso do governo do Ceará diante dos efeitos da seca sobre a população.

Homenageando a cultura popular

No campo da cultura, Inácio homenageou o Centenário da Guerra de Canudos, que tem selo e cartão telefônico com ilustração do artista plástico cearense Audifax Rios; saudou o compositor Pixinguinha em seu centenário, com sessão solene e cartão telefônico, e propôs sessão solene em homenagem a Oscar Niemeyer no transcurso de seus 90 anos.

Além de dezenas de requerimento de informação, Inácio é autor, entre outros, de projetos de lei criando o Fundo Nacional de Apoio à Pesca Artesanal e instituindo a Política Nacional de Salários. Com o objetivo de combater o desemprego, apresentou, juntamente com o deputado Paulo Paim, a PEC nº 231/95, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais e aumenta o pagamento das horas extras de 50% para 75% do valor normal.

Por seu desempenho aguerrido à frente das entidades comunitárias (foi o primeiro presidente da Federação das Associações de Bairros e Favelas de Fortaleza, eleito duas vezes) e no exercício dos mandatos parlamentares, no Ceará existe uma versão popular de sua história de vida: onde tem luta, tem Inácio.



Comunistas de todo o Brasil participaram da Convenção do dia 21

Zé Dirceu destaca atuação comunista na frente da oposição

O presidente do Partido dos Trabalhadores, José Dirceu, fez questão de comparecer à convenção do PCdoB, mesmo enfrentando problemas de saúde. "Tenho feito um esforço pessoal muito grande para realizar a aproximação do PT com o PCdoB, e não poderia estar ausente neste momento", afirmou.

Dirceu destacou a atuação do PCdoB na busca da unidade das esquerdas: "Quando estávamos numa encruzilhada, e se desenhavam várias possibilidades de candi-

datura, o PCdoB anunciou o seu apoio a Lula e apoiou o pleito de Brizola em ser o candidato a vice-presidente. Foram decisões fundamentais para a garantia da unidade da oposição. Os comunistas têm todos os motivos para ter orgulho do PCdoB".

O presidente petista também destacou a necessidade da frente oposicionista abarcar forças políticas além da esquerda: "Temos que ter uma visão muito mais ampla. Estamos enfrentando um governo que coloca em risco a própria nação. Um governo que está levando à regressão da democracia no país. Um governo que está destruindo o parque industrial brasileiro. Temos que unir todos os descontentes com esse estado de coisas, e derrotar o neoliberalismo".

O dirigente comunista José Reinaldo de Carvalho, que dirigia os trabalhos da convenção, agradeceu a participação de José Dirceu, reafirmando "a grande esperança e confiança dos nossos partidos na luta por um Brasil melhor, para os brasileiros. Estamos nesta batalha para vencer. Até a vitória!"



Dirceu: "Unir os descontentes"

EXPEDIENTE

Diretor e Jornalista Responsável: João Amazonas - Edição: Guiomar Prates (Mtb 7061/31/04v), Pedro de Oliveira (Mtb 9.813 - SP) e Carlos Pompe (Mtb 249/01/123/AL) Estagiária: Gabriela Mendonça. Editoração Eletrônica: Marco Black - Administração: Francyroze de Andrade Matarazzo. Publicação quinzenal da Editora Jornalística A Classe. Centro de Documentação e Memória. SP - CEP 01318-020 - Fone: (011) 3104 4140. Site: www.pcdo.org.br, E-mail: classeop@ruralsp.com.br



Renato Rabelo, vice-presidente do Partido, e o deputado federal mineiro, Sérgio Miranda, enviaram, em nome do PCdoB, uma proposta de texto para elaboração do manifesto programa da candidatura Lula-Brizola. O documento está sendo debatido pela frente oposicionista

O Brasil para os brasileiros

O documento considera que a Frente de Oposição Unida "é um marco histórico nas lutas populares do Brasil. Pela primeira vez, a esquerda unese para apresentar uma alternativa de desenvolvimento para o país. A candidatura Lula-Brizola é uma opção real de poder. Tem como principal pólo as forças de esquerda, e constrói um amplo apoio das correntes democráticas, progressistas e honestas da sociedade."

É apresentado um novo modelo para a sociedade e a economia brasileiras: "Modelo que privilegia os trabalhadores, os setores produtivos e a ampla maioria da população. Modelo constituído por um governo pluripartidário, de base popular, apoiado pelos mais diversos segmentos da nação e na democratização crescente da vida nacional." Na opinião dos comunistas, deve ser um modelo "radicalmente distinto do neoliberalismo atual."

Dependência externa e autoritarismo

Analisando a situação atual do país, o PCdoB aponta que "crescimento econômico e modernização tecnológica ficam dependentes do fluxo incessante de capital estrangeiro. O país encontra-se refém do capital especulativo e dos grandes rentistas." E destaca: "Aprofunda-se a dependência externa. A vulnerabilidade da economia aos acontecimentos internacionais aumenta, como ficou evidenciado nos reflexos imediatos da crise asiática no Brasil."

Denunciando que o governo FHC transformou o Estado brasileiro em um "instrumento da desnacionalização, da destruição de empregos internos, do pagamento de juros descomunais", os comunistas ressaltam:

"O Plano Real é atrelado às altas taxas de juros e ao câmbio sobrevalorizado. Com a "globalização" capitaneada pelos Estados Unidos, os direitos dos trabalhadores são golpeados, há o corte do crédito e a imposição de juros abusivos aos pequenos e médios agricultores e empresários. O investimento público desapareceu. Este ano a dívida externa atingirá 220 bilhões de dólares e a dívida pública mobiliária se aproximará de 300 bilhões de dólares. O crescimento econômico do



país não deve se aproximar dos 2% este ano, uma virtual estagnação. A **propalada estabilidade da moeda, anunciada como um meio para lograr o crescimento com distribuição de renda, transformou-se em um fim em si, que só engorda os especuladores financeiros nacionais e internacionais.**"

Após analisar as consequências nefastas da política de FHC para o país, os comunistas denunciam que o atual governo privilegia "os grandes capitalistas - em especial o capital financeiro" e destacam: "**Em todo o seu mandato, Fernando Henrique Cardoso não adotou uma só medida que ampliasse a democracia e a participação popular nas decisões sobre o presente e o futuro do país.** Usa do clientelismo e das mais atrasadas formas de fisiologismo para fazer valer suas intenções no Congresso Nacional, como foi o episódio da aprovação da reeleição para a Presidência da República. Pelo contrário, FHC orquestra uma verdadeira campanha de terror econômico, visando coibir a capacidade do povo decidir sobre qual é a melhor política econômica para o Brasil. É urgente a necessidade de substituir o atual governo."

Novo pacto político e social

O PCdoB propõe que a frente oposicionista estabele-

ça um novo pacto político e social deve ser estabelecido no país. "Um pacto baseado nos trabalhadores, intelectuais, pequenos e médios empresários, aposentados, deserdados e demais setores que constituem a maioria da nação, e que garanta a autonomia do Brasil na definição de suas políticas econômico-financeiras, sociais, culturais."

É necessário levar em conta, entretanto, que a atual situação concreta do país exige "**a necessária transição.** O novo governo receberá o país em situação crítica, exigindo medidas imediatas para revertê-la. As atuais taxas de juros devem ser rebaixadas e o câmbio sobrevalorizado será redimensionado. Entretanto, a ruptura com o atual modelo, levando o país para patamares elevados de produtividade e de bem-estar social de sua população, deve ser um processo relacionado com as condições das forças políticas e econômicas no momento da entrada do novo governo."

"O Brasil pode, e deve, ter um caminho próprio de desenvolvimento", destaca o documento. E aponta novas prioridades, que "devem substituir as adotadas pelo atual governo. É necessário pôr fim às ilusões monetaristas e à ciranda financeira como arremedo de investimento. Uma grande reconstrução produtiva deve ter início, redefinindo o sistema financeiro como

mediador entre a poupança pública e privada e o setor produtivo. Ao Estado cabe executar políticas ativas para direcionar a poupança interna e externa à industrialização e desenvolvimento da agricultura, aumento de produtividade e atendimento prioritário ao mercado interno. Adotar uma nova estratégia de financiamento das contas externas, com uma política de incentivo às exportações, protegendo a produção nacional da concorrência predatória, renegociando os compromissos financeiros internacionais e pondo fim à política insana de acumulação estéril de divisas."

Medidas de emergência contra a crise social

É destacada a necessidade de "um crescimento econômico acelerado, com prioridade absoluta para o setor produtivo industrial e agrícola". O novo governo deverá garantir crédito abundante e barato para o investimento e financiamento para o consumo interno. Novas fontes de financiamento deverão ser abertas, com novos fundos previdenciários, golpeando a agiotagem bancária e a ciranda financeira. A eficácia, a honestidade e a transparência no gasto público deverão ser adotadas. A pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico serão incentivados.

O novo governo também

deverá concentrar "todos os recursos necessários para gerar empregos, recuperar salários, garantir renda mínima para a população pobre e debelar a grave questão da fome. Não permitirá retrocesso nas conquistas trabalhistas. Reestruturará a saúde e reformará a educação. Implementará a reforma agrária, garantindo a terra para quem nela quer trabalhar, e elevará a produção de alimentos. Investirá também no desenvolvimento das cidades médias e pequenas e nas regiões mais atrasadas do país."

Como medidas emergenciais, são apontadas: "plano de investimento à ampliação de área plantada de arroz e feijão; dobrar o salário mínimo nos três primeiros meses de governo; redução, em quatro horas jornada semanal de trabalho; investimento nas áreas de atendimento de necessidades populares, gerando empregos (alimentos, vestuários, construção civil); ampla política de assentamento dos sem terras e dando terra aos que têm pouca terra; fortalecer os pequenos e médios produtores rurais e o sistema cooperativo. O objetivo será a auto-suficiência alimentar e a produção de excedentes exportáveis."

São ainda explicitadas ações do campo da educação e da cultura e na área da saúde.

Aprofundamento da democracia

A questão democrática é salientada no documento apresentado ao conjunto dos partidos que compõem a frente oposicionista, sendo destacada:

"**Para garantir o pleno êxito desses objetivos, é fundamental a ampliação permanente da democracia, com a participação popular nas decisões de governo.** Este é um compromisso básico do governo da Frente de Oposição Unida, inaugurando uma nova forma de governar o país. O Brasil será uma sociedade democrática, que não admitirá discriminações entre seus habitantes e que garantirá a todos o pleno exercício da cidadania. A instituição do orçamento participativo, a democratização do sistema político e partidário, a participação dos cidadãos nos setores da sociedade nas decisões serão a garantia de um novo rumo para o nosso país."



Está marcado para o dia 29 de julho o leilão do sistema de telefonia do Brasil. Estão à venda a Embratel, as empresas da telefonia celular da banda A e toda a telefonia fixa, cujas empresas serão agrupadas em três grandes operadoras regionais

Privatização da Telebrás contraria interesses do país

Guiomar Prates

Com o poder de barganha dos grupos nacionais enfraquecidos é provável que as telecomunicações brasileiras venham a ser controladas por grandes operadoras internacionais. Grupos que controlam as comunicações nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra são os maiores interessados. Possivelmente, os compradores serão financiados pelo BNDES e os grandes usuários privados poderão participar na aquisição da Embratel.

A privatização do sistema de telecomunicações transformou-se, nos últimos dias, no principal tema da campanha à Presidência da República. O candidato das oposições, Luís Inácio Lula da Silva, criticou a venda e está sendo processado pela atual presidente e candidato à reeleição, Fernando Henrique Cardoso.

O governo enfrenta uma série de questionamentos judiciais, mas vai atropelando a lei. A Assembléia Geral de Acionistas do Sistema Telebrás, realizada no dia 22 de maio, aconteceu apesar de sete liminares que impediam sua instalação. Nesta assembléia foi realizada a cisão do Sistema Telebrás em 12 em-



presas. As entidades de trabalhadores em telecomunicações vêm impetrando ações com o intuito de suspender essa Assembléia Geral e, conseqüentemente, todos os atos dela decorrentes. São inúmeras as irregularidades. O governo, mais uma vez, feriu a Constituição, pois autorizou a criação de 12 empresas estatais, sem expressa autorização legislativa. Feriu a Lei da Sociedade por Ações, pois descumpriu as formalidades nela expressamente previstas para a cisão patrimonial de uma sociedade anônima. Descumpriu a Lei Geral de Telecomunicações, pois deflagrou a reestruturação das empresas federais de telecomunicações sem o atendimento de requisitos legais e regulamentares essenciais.

Os partidos que compõem a frente de oposição pretendem impedir o leilão. Não questionar a contratação, sem licitação, das empresas de consultoria que avaliaram as empresas da Telebrás. As mesmas empre-

sas também fizeram avaliações para eventuais compradores.

Numa segunda etapa, vão apresentar ao TSE ação alegando descumprimento da legislação eleitoral, que estabelece que, a partir de 30 de junho, os governos não podem fazer alienação de patrimônio público.

Outra alegação da oposição é de atropelo da legislação, uma vez que a LGT estabelece, em seu artigo 193, a competição imediata entre as empresas prestadoras de serviços de telecomunicações.

Maioria é contra a privatização

Mas não são apenas os aspectos legais que justifi-

cam a contrariedade que diversos setores vêm manifestando contra essa privatização. O preço aviltado é outro aspecto lembrado mas não é o mais importante. A sociedade questiona é a própria filosofia da privatização. Pesquisa realizada pelo instituto de pesquisas Datafolha mostra que 51% dos moradores da cidade de São Paulo são contra a venda da Telebrás para a iniciativa privada. A privatização é defendida por 41%. Para 68% dos entrevistados, é incorreta a decisão de vender a Telebrás em ano eleitoral. A reprovação à atitude do governo alcança maioria, inclusive entre os eleitores de FHC.

Lucro de 200% em três anos

“Comprem as empresas de telecomunicações brasileiras, que daqui a dois ou três anos vocês poderão revendê-las por duas ou três vezes os preços pagos agora”. Estas são as palavras do diretor de privatização do BNDES, José Pio Borges a um grupo de investidores estrangeiros. Junto com o ministro Luís Carlos Mendonça de Barros, ele esteve em Nova Iorque para atrair compradores para as teles brasileiras.

Essa declaração, publicada pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, em 12 de junho, é uma confissão de que a privatização está sendo feita a preços aviltados, com perspectivas de lucro de 200% em dois ou três anos para os compradores. O mesmo percentual é de prejuízo para a sociedade brasileira, já que se trata de um patrimônio coletivo.

O jornalista econômico Aloysio Biondi contesta os chamados “motivos técnicos” que justificariam os “descontos” que o governo adotou para reduzir brutalmente os preços. O principal deles é de que as teles privatizadas passariam a ter, no futuro próximo, uma empresa concorrente vencedora de licitação que o governo pretende fazer para a telefonia fixa. O governo afirma que há necessidade de existir duas empresas em cada



região, tanto para a telefonia celular como para a fixa. Isso asseguraria a concorrência, para garantir melhor qualidade dos serviços e preços mais baixos para o consumidor. Mas o governo criou a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e faz propaganda de que ela vai fiscalizar esses aspectos, em defesa dos interesses do consumidor. Ou será que o governo já sabe que a Anatel não vai funcionar, assim como não funciona a agência encarregada de fiscalizar o setor energético?

“A criação de uma segunda empresa de tele em cada região foge a qualquer racionalidade no caso de Estados como Minas Gerais e Santa Catarina, ou mesmo no Nordeste, onde já há uma empresa de telefonia celular”, afirma. Nessas regi-

ões, uma disputa entre duas teles vai acabar levando à guerra irracional de preços, provocando quebra de empresas. E a sociedade, mais uma vez, vai gastar milhões para socorrê-las, financiar sua compra por outro grupo privado ou até reestatizá-la”, afirma.

Aliás, o próprio Pio Borges se encarrega de desmentir: “Os compradores ficarão com quase 100% do mercado atual”. E mais: “Em dez anos, se administrar mal, perdem no máximo 20% do mercado”, afirmou em Nova Iorque.

Os argumentos apresentados por Pio Borges mostram que há necessidade de um debate aprofundado sobre os critérios adotados pelo governo no caso de redução do preço das teles da faixa dos US\$ 40 bilhões para US\$ 13 bilhões.

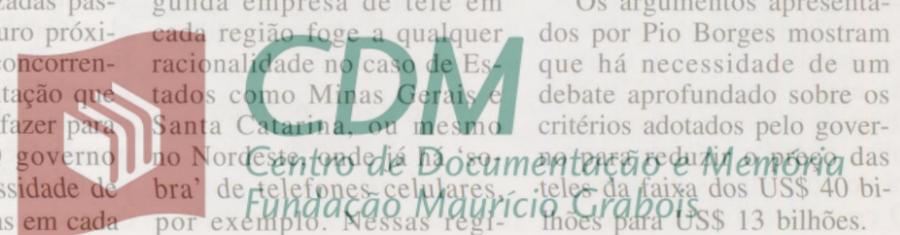
Sistema perderá tecnologia e mercado

Marcos Dantas, assessor da Federação dos Trabalhadores em Telecomunicações (Fittel), diz que o principal prejuízo é o esvaziamento da Telebrás. Segundo ele, a soma dos valores das empresas criadas é menor do que o da Telebrás inteira, porque há perda de capacidade de competição e de capacidade tecnológica. Ele acredita ser possível acontecer o mesmo que ocorreu com o setor energético em São Paulo. Vende-se apenas as empresas mais atraentes, como a Telesp e a Embratel e outras, menos valorizadas, ficam sem compradores. O próprio ministro das Comunicações, Mendonça de Barros, já admite esta hipótese.

Chama atenção ainda para o fato de que o sistema mili-

tar brasileiro não possui sistema próprio de comunicação, utilizando a Embratel. Vai ficar, portanto, à mercê do estrangeiro que comprar a Embratel, colocando em risco a segurança e a soberania nacional.

Em artigo publicado na revista *Princípios*, Marcos Dantas aponta as graves conseqüências que o fatiamento e a desnacionalização trará para o país, entre elas a transferência para o exterior dos centros de decisão sobre as telecomunicações brasileiras, diminuindo o poder político e econômico do país, dos empregos e as rendas hoje gerados no Brasil pela indústria aqui instalada; dos lucros que hoje ficam retidos e são reaplicados no país.



Tarifas mais caras

Na América Latina, o Chile foi o primeiro a vender sua Companhia Telefônica Chilena, por US\$ 278 milhões, ao especulador australiano Alan Bond, que a repassou por US\$ 392 milhões ao monopólio espanhol CNTE que, em 1991, compraria a TLD de Porto Rico e, três anos depois, a Entel do Peru.

A Argentina, em 1991, entregou, no norte do país, a Telecom ao consórcio France Telecom, Itália Telecom e Banco Morgam; e, no sul, a Telefônica passou ao controle do consórcio CNTE-Citicorp. A CANTV, da Venezuela, foi vendida ao consórcio CNTE-AT&T-GTE. Em seguida, o México vendeu a lucrativa Telmex ao trio France Telecom-Bell South-Grupo Caruso.

Em todos os casos, as tarifas ficaram bem mais caras. Além disso, há uma elitização. Quem liga interurbano paga menos. Quem liga para o bairro vizinho paga mais.

Nos países da Europa e nos Estados Unidos, poderosas empresas nacionais dominam a prestação de serviços de telecomunicações e ganham dinheiro abocanhando os serviços nos países periféricos. Nos seus países de origem, mantêm este operador sob controle de capitais nacionais, estatais e privados.

Propaganda enganosa

No Brasil, a campanha de privatização vem com um forte apelo publicitário: telefone



barato. Uma mentira. O que muda é o modelo de captação de recursos. Em vez do autofinanciamento (o valor da linha mais as ações da Telebrás) e uma das tarifas mais baixas do mundo, um sistema de tarifa de preço real.

Os aumentos tarifários sobre as telecomunicações ocorridos nos últimos três anos são de mais de 2800% sobre o telefone residencial e comercial.

Prejuízos públicos

O projeto do governo, expresso na Lei Geral de Telecomunicações (LGT), também traz prejuízos para os municípios e à população. Em seu artigo 81, a LGT joga para os orçamentos da União, Estados e Municípios os custos com o cumprimento das metas de universalização do acesso das população aos meios de telecomunicações. Esta responsabilidade não será mais da operadora, como foi até hoje.

Na lógica do governo federal, os serviços lucrativos, como os de celular, comunicação de dados, telefonia de longa distância, devem ser

reservados para os grandes grupos privados. O ônus da universalização, que demanda serviços não rentáveis, ficará para os cofres públicos.

Tecnologia comprometida

Segundo o presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Pesquisa, Ciência e Tecnologia de São Paulo, Antônio Albuquerque, se esse modelo de privatização for implementado, também ficará comprometida a política industrial e tecnológica do setor. "Temos que considerar que toda grande operadora de telecomunicações internacional tem um fornecedor de equipamento e de tecnologia preferencial. Tecnologia nacional e fornecimento de equipamentos nacionais terão espaço muito reduzido, transformando o Brasil em um exportador de empregos no setor".

Ele diz que o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Telebrás (CPqD), único centro de pesquisas em telecomunicações na América Latina, ficará com seu futuro ameaçado, pois não terá parceiros industriais e perderá sua fonte de recursos.

Serviços podem piorar

A Telebrás encontra-se entre as 15 maiores empresas de telecomunicações do mundo. Com o fatiamento, a maior delas mal ficará entre as 30 maiores (as outras nem isso) e terá seu controle exercido por companhias sediadas no exterior. Com isso, o país perde a capacidade de concorrer neste mercado.

Em apenas cerca de 600 municípios brasileiros as comunicações são superavitárias. A manutenção dos serviços nos demais municípios dependerá do aporte de verbas públicas.

Hoje, a Telebrás opera como um "vaso comunicante" financeiro, transferindo recursos das regiões ou servi-

ços mais lucrativos para as regiões ou serviços mais pobres ou deficitários.

Sem um sistema empresarial nacionalmente integrado, os serviços de telecomunicações poderá retroceder em regiões como a Amazônia, a maior parte do Nordeste, o interior de Minas Gerais e outros Estados do Centro-Sul.

UJS reúne-se com Aziz Ab'Saber

Dirigentes da União da Juventude Socialista reuniram-se, no último dia 17, com o professor Aziz Ab'Saber, presidente de honra da SBPC e um dos grandes nomes da ciência brasileira.

A reunião debateu as principais questões que estarão em pauta na 50ª Reunião Anual da SBPC, que acontecerá de 12 a 17 de julho, em Natal/RN.

Aziz Ab'Saber afirmou que, além de rica culturalmente, a reunião de Natal propiciará conhecimento sobre os ecossistemas do sertão. Ele aconselhou os jovens socialistas a aproveitarem a viagem a Natal para "tomar notas" e

conhecer melhor nosso país. Como sugestão de leitura para a reunião, o professor indicou *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, ressaltando que a juventude deve estar preparada para discutir questões relativas à seca no Nordeste. "Uma reunião em Natal onde não se discuta isso não é plenamente proveitosa. Espero que a atual diretoria da SBPC tenha noção do que significa, para a ciência brasileira, uma reunião em Natal, uma cidade do agreste", afirmou.

Ao final da conversa Ab'Saber foi convidado a participar da reunião de jovens cientistas, evento que será

promovido pela UJS durante a reunião da SBPC, com a finalidade de discutir os problemas que atingem a juventude interessada em fazer ciência. Aziz aceitou de pronto o convite, acrescentando que procurará direcionar sua intervenção junto aos jovens para o problema da seca.

O presidente de honra afirmou, ainda, que a entidade depende da juventude, que tem participado das reuniões de forma criativa e inquieta, com muita vontade de discutir as questões da ciência e do país. "Vocês jovens é que serão a SBPC de amanhã", afirmou.

SBPC comemora 50 anos

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência está comemorando 50 anos de luta pelo desenvolvimento da ciência e da tecnologia e em defesa dos interesses do país, com um ciclo de conferências.

A primeira conferência do ciclo comemorativo aconteceu dia 8 de junho, na Escola Politécnica da USP. O tema central foi o *Impacto da Biologia na Sociedade do Próximo Século*, desenvolvido pelo bioquímico belga André Gouffeu. Ele coordenou um grupo de 140 laboratórios europeus que mapearam os 6 mil genes da levedura, primeiro organismo eucarionte a ter sua sequência genética completamente conhecida. O cientista centrou sua palestra nas perspectivas que o sequenciamento de genomas abriu, principalmente, para a saúde humana.

Antes da palestra de Gouffeu, alguns cientistas fizeram intervenções sobre a história da SBPC. Alberto Carvalho da Silva, presidente de honra da entidade e um dos grandes nomes da luta contra o regime militar, informou que a SBPC "nasce alguns anos após a 2. Guerra, quando se havia proclamado o quanto a Ciência havia contribuído

para a vitória da Democracia... (e) quando se acreditava na capacidade de o conhecimento científico, por si só, propulsionar o desenvolvimento sócio-econômico".

Crodowaldo Pavan, também presidente de honra e sócio-fundador da SBPC, saudou, em nome da Academia Brasileira de Ciências, os grandes personagens e a história de lutas da SBPC. Lembrou grandes cientistas, como José Reis, Maurício Rocha e Silva, Isaías Raw e Carlos Chagas, todos fundadores da SBPC.

O atual presidente da entidade, Sérgio Ferreira, citou o livro *Aos trancos e barrancos*, de Darcy Ribeiro, que afirma ser 1948 "o ano da SBPC, entidade que surge para lutar pelo desenvolvimento da ciência". Ferreira afirmou, ainda, que a vitalidade da SBPC está na juventude, que tem lotado as reuniões anuais da entidade, sedenta por discutir os rumos da ciência e do país.

A próxima conferência do ciclo comemorativo SBPC 50 anos acontecerá em 21 de setembro e será proferida por Jacob Palis Jr., do Instituto de Matemática Pura e Aplicada (IMPA-RJ) e vice-presidente da SBPC.

Congresso da ANPG

Com o tema central *Política Universitária. Pós-graduação: ensino, pesquisa e extensão*, realizou-se de 4 a 7 de junho, no Rio de Janeiro, o Congresso Nacional Extraordinário de Pós-graduandos. Promovido pela Associação Nacional de Pós-graduandos (ANPG) e Associação de Pós-graduandos da UFRJ, contou com a participação de estudantes de todo o país.

O Congresso foi realizado em caráter extraordinário porque boa parte da diretoria da ANPG eleita no XIII Congresso da entidade renunciou. A até então presidenta da entidade renunciou ao cargo em março, em plena crise do corte de bolsas de pós promovida por FHC com o pacote 51.

Mesas redondas debateram temas como extensão universitária, pesquisa e sociedade, política educacional e políticas e métodos de ensino. Das mesas participaram representantes da ADUFRJ e da Fasuba, além de José Leite Lopes, Luiz Pinguelli Rosa e Osiris Lopes Filho, entre outros. A deputada federal Landira Feshali (PCdoB/RJ) participou do debate sobre a educação

Desenvolvimento Tecnológico, onde defendeu que "o desenvolvimento da Ciência deve estar a serviço de um projeto nacional".

A plenária final aprovou as diretrizes para a nova gestão da ANPG, com destaque para a necessidade de um posicionamento em relação ao problema da autonomia universitária e para a manutenção do diálogo com o CNPq e as outras agências de fomento. Os delegados posicionaram-se também contra a política de desmonte deliberado da pós-graduação - manifesta na tentativa de separar ensino e pesquisa - e contra a reeleição de FHC.

O Congresso terminou com a eleição da nova diretoria da ANPG, ficando a presidência com Divinomar Severino, coordenador geral da ANPG/UFRJ. A UJS estará representada nessa gestão através da Secretaria de Ciência e Tecnologia, para a qual foi eleito Fábio Palácio, membro da ANPG/PUC-SP e diretor nacional da UJS. O objetivo dos jovens socialistas será o de desenvolver ações permanentes no movimento de pós-graduandos.

Iniciação ao marxismo-leninismo

Nereide Saviani*

A partir deste número, **A Classe Operária** vai orientar a militância para o estudo de textos marxistas. É um projeto da Comissão Nacional de Formação, que visa contribuir para a educação teórica e ideológica dos comunistas, com subsídios para estudo individual e sugestões para reflexão e discussão nos organismos ou em grupos de estudo.

Foram selecionados alguns livros ou capítulos de livros clássicos do marxismo-leninismo (Veja relação no quadro). Para cada texto será apresentada uma ficha de leitura, com duplo objetivo: de um lado, destacar idéias, argumentos, fatos, conceitos a serem apreendidos e aprofundados; de outro, fornecer pistas para que os militantes, aos poucos, formem o hábito de estudo e aprendam a identificar e registrar idéias centrais de outras obras que vierem a estudar.

No presente número, tratamos da importância de se estudar o marxismo-leninismo. No próximo, apresentaremos algumas dicas práticas para a realização do plano de estudo individual e organização de sessões de estudo coletivo. O seguinte já trará a primeira ficha. Enquanto isso, que tal ir providenciando os livros, ou cópias dos textos indicados?

Por que estudar o marxismo-leninismo

O marxismo-leninismo – sistema teórico que compreende método, concepção de mundo, filosofia, ciência, política – é arma indispensável aos comunistas. É a teoria do socialismo científico, bússola para a ação revolucionária do proletariado.

Marx, seu principal elaborador, estudou as origens e o desenvolvimento da luta de clas-

ses, examinou a fundo as contradições do capitalismo de seu tempo (meados do século XIX), apontando para a edificação de uma sociedade justa, sem exploração do homem pelo homem. Engels – que ajudou muito nessa elaboração, chegando a escrever com ele várias obras – afirmava que “o socialismo, desde que se tornou uma ciência, precisa ser tratado como tal, isto é, precisa ser estudado”.

Lênin, grande líder revolucionário do início deste século XX, aprofundou aspectos dessa teoria, especialmente sobre os fundamentos da ação revolucionária do partido do proletariado. Ao propagar os ensinamentos dos grandes mestres, enfatiza-

va que a luta teórica – tal como as lutas econômica e política – é uma das manifestações da luta de classes. Lembra, então, que a consciência socialista revolucionária não deriva simplesmente dos embates da luta espontânea da classe operária.

Ou seja, para compreender os interesses vitais do proletariado e de sua missão histórica, os comunistas precisam unir a luta concreta ao exame profundo dos fenômenos histórico-sociais. Precisam forjar-se como intelectuais revolucionários de sua classe e isso exige o domínio da teoria revolucionária.

A reafirmação da consciência socialista traz desafios novos, nos dias atuais, sobretudo no quadro de ofensiva neoliberal. Medidas políticas e pregações ideológicas contra a democracia e os direitos sociais se apresentam como avançadas, “científicas”, “modernas”. E os que se mantêm em defesa do Estado democrático e nacional são tidos como atrasados, “dinossauros”. São duros os ataques à política e aos partidos políti-

cos, tendo por alvo a esquerda em geral e, particularmente, o comunismo. Tudo isso exige respostas teóricas, que fundamentem a crítica ao neoliberalismo e sustentem a construção de um projeto alternativo, voltado aos interesses e necessidades da maioria da população brasileira.

Estudar o marxismo-leninismo é, portanto, uma necessidade vital para os comunistas. Mas não nos interessa um estudo simplesmente para “demonstrar conhecimentos”. Também não se trata de entender a teoria como fórmula acabada, solução para todos os problemas ou modelo para o empreendimento da luta dos trabalhadores e sua organização. É indispensável encarar o marxismo-leninismo como sistema teórico vivo, dinâmico, que exige constante elaboração.

Começando pelos fundadores

Nesta seção d’**A Classe**, apresentaremos orientações para o cumprimento de um plano básico de estudo, seguindo um roteiro dirigido aos que iniciam o estudo sistemático do marxismo-leninismo, mas que se presta também àqueles que já têm uma formação. Para começar, destacamos algumas obras clássicas dos fundadores desse sistema teórico – Marx, Engels e Lênin. Os textos serão examinados a partir do contexto de sua produção, com reflexões sobre seu significado histórico e sua atualidade. A trajetória proposta não segue uma ordem cronológica, nem tem em vista fornecer uma visão panorâmica ou extensiva. Está voltada ao desenvolvimento da consciência socialista, visando destacar aspectos básicos do socialismo científico e sua aplicação ao campo da estratégia e tática revolucionárias, bem como da concepção de partido do proletariado. A intenção é estimular o conjunto da militância a buscar o domínio de conhecimentos fundamentais e orientar a constituição de pequenas bibliotecas para os organismos de base e comitês partidários.

*Pela Comissão Nacional de Formação.

Curso em Minas

A Comissão Estadual de Formação de Minas Gerais promove, nos dias 4 e 5 de julho, um curso de formação política destinado aos quadros intermediários. O curso versará sobre os seguintes temas: Introdução à Filosofia; Luta de Classes e Revolução; Partido e Programa.

HISTÓRIA DA LUTA PELO SOCIALISMO 2



Passeata dos tecelões de Lyon em 1831

Dores do parto de uma classe

Bernardo Joffily

Estamos na Inglaterra do século 18: uma revolução tecnológica, econômica e social sacode a maior potência comercial da época. O camponês é expulso da terra. O artesão se arruina, vencido pela concorrência da indústria. Diversos progressos técnicos impulsionam a mudança: a máquina a vapor, a máquina de fiar algodão, o tear mecânico. Em 1785 nasce a primeira indústria, com a produção multiplicada pelas máquinas e pela socialização do trabalho (cada trabalhador realiza determinada tarefa). A inovação prova sua superioridade. Em 1837 o socialista Louis Blanc deu a este movimento o nome de **Revolução Industrial**.

Ocorre o divórcio entre propriedade e trabalho

Antes da Revolução Industrial, muitos trabalhadores ganhavam a vida por conta própria, com seus próprios meios: o camponês tinha sua terra, o tecelão, seu tear, o ferreiro, sua oficina. Trabalho e propriedade estavam casados, integrados na figura do pequeno trabalhador-proprietário.

A Revolução Industrial acaba com isso. Uma fábrica custa muito dinheiro, e exige muitos braços para funcionar. Ocorre então o divórcio entre a propriedade e o trabalho. A propriedade fica com a burguesia, a classe dos proprietários capitalista. O trabalho fica com o proletariado, a classe dos trabalhadores que ganham a vida vendendo aos capitalistas o único bem que lhes resta: a força dos seus braços e das suas mentes. O trabalho assalariado se instala sobretudo nas fábricas têxteis, minas, transporte marítimo e ferroviário; os operários desses ramos formam o núcleo inicial do proletariado.

A Revolução Industrial é um inferno para o ex-artesão ou camponês. Ele perde a independência, é o patrão quem decide o que produzir, como e quando. A jornada de trabalho atinge até 17 horas diárias, seis dias por semana. Só em 1810, uma lei inglesa reduz, no caso das mulheres e crianças, para dez horas. Não

há descanso remunerado, férias, aposentadoria, amparo em caso de doença ou acidente. Os lares operários lembram nossas favelas. A alimentação é a base de batatas, não raro só batatas. O jovem Engels descreve o quadro em *A situação da classe operária na Inglaterra* (1845): nas cidades industriais, metade das crianças morre antes dos cinco anos. Morre também o grêmio corporativo, multissecular forma de organização dos trabalhadores. A perplexidade e o desespero contagiam a classe recém-nascida. Miséria, mendicância, alcoolismo, prostituição, criminalidade e suicídios se alastram.

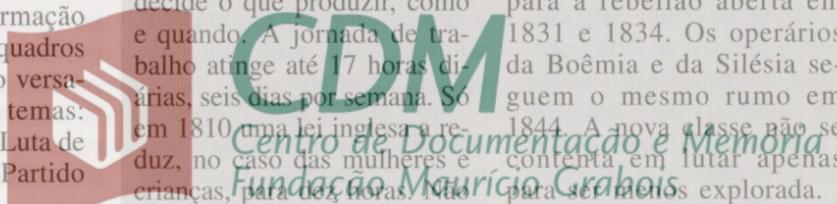
Mas a legião dos proletários continua a crescer, e não só na Inglaterra. Lenta e dolorosamente, eles constataam que não há caminho de volta. Pertencem a uma nova classe social. Precisam de novos caminhos para defenderem seus novos interesses de classe. Durante duas gerações debatem-se em busca desses caminhos. Atacam as máquinas, no movimento *luddista* (de Ned ou King Ludd, nome do seu iniciador). Seitas religiosas e campanhas de reerguimento moral indicam que a salvação está na temperança e na abstinência. Muitos, desesperados, fazem do crime o seu protesto. Só em 1824 a lei libera a associação em sindicatos, e as greves tomam impulso. A partir daí, o sindicato e a greve se afirmam como armas indispensáveis à nova classe.

A greve e o sindicato, seu valor e seus limites

No entanto, estas armas, feitas para resistir à exploração burguesa, não conseguem acabar com ela. Logo fica clara a necessidade de outras. Ainda na Inglaterra, ganha força até a década de 1840 o cartismo – primeiro movimento político do proletariado, reivindicando o direito de voto, na época negado aos pobres. Na França, os tecelões de Lyon partem para a rebelião aberta em 1831 e 1834. Os operários da Boêmia e da Silésia seguem o mesmo rumo em 1844. A nova classe não se contenta em lutar apenas para ser menos explorada.

Relação de textos

- 1- Manifesto do Partido Comunista – **Marx e Engels** (Parte I e II)
- 2- Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico – **Engels**
- 3- Dialética da Natureza – **Engels** (Prefácio)
- 4- Contribuição à Crítica da Economia Política – **Marx** (Prefácio)
- 5- Salário, Preço e Lucro – **Marx**
- 6- Trabalho Assalariado e Capital – **Marx**
- 7- Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo – **Lênin** (Capítulos: VII, VIII, IX, X)
- 8- O Estado e a Revolução – **Lênin** (Capítulo I)
- 9- Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo – **Lênin** (Capítulos: VI, VII, VIII)
- 10- Que Fazer? – **Lênin** (Capítulos-Itens: I-d, III-c, III-e, IV-c, IV-d)





Ásia na corda bamba

Umberto Martins

A intervenção conjunta dos EUA e Japão para conter a queda do iene e a reunião de emergência realizada pelo Grupo dos 8 em Tóquio para debater o problema colocaram em evidência a gravidade da crise da economia capitalista mundial. Revelou a preocupação de que as economias chinesa e norte-americana, esta no auge de um ciclo de crescimento econômico, também venham a ser afetadas de forma mais séria. E reforçou a possibilidade de uma crise cambial no Brasil.

A crise é um fato, uma realidade - global - atestada pelo comportamento das bolsas, a depressão e recessão econômica em diversos países e regiões do planeta e o desemprego em massa. Nosso desafio é interpretá-la com uma perspectiva revolucionária, prever seus desdobramentos e pensar uma solução que, ao contrário do neoliberalismo, contemple os interesses dos trabalhadores - uma alternativa socialista.

Estagnação econômica

O Japão viveu a maior parte dos anos 90 num estado de estagnação econômica. No primeiro trimestre deste ano, o PIB japonês recuou 5,3%, enquanto o desemprego avançava para o maior nível do pós-guerra, 4,1%, aproximando-se do atual padrão norte-americano. Vários países asiáticos, no rastro do colapso das bolsas e das moedas, caíram no abismo da depressão econô-

mica, que têm-se revelado bem mais assustadora do que as projeções do FMI.

A depressão das atividades na indústria, comércio, agricultura, transporte e outros serviços, e seus reflexos sobre as balanças comerciais dos diferentes países e regiões e o nível de emprego, são bem mais relevantes que as perturbações verificadas na esfera financeira, que afetam o capital fictício e refletem problemas mais sérios do processo de reprodução real.

A crise não se restringiu à Ásia. Está presente, com elementos comuns, na Rússia, no Brasil e outros países. O perigo maior é de que venha a afetar com redobrado rigor a economia norte-americana, sacudindo a bolsa de valores e resultando na elevação dos juros.

Em termos de contas externas, os EUA ostentam os maiores desequilíbrios de que se tem notícia na história mundial. A crise asiática agrava tais condições. O reflexo da valorização relativa do dólar sobre a balança comercial já se faz sentir na forma de crescimento das importações (especialmente da Ásia) e redução das exportações, levando o déficit, agora na casa dos 14 bilhões de dólares mensais, a bater novos recordes.

Além de influenciar negativamente o desempenho das exportações e das atividades produtivas, o endividamento ilimitado e a subida das bolsas no mercado dos EUA durante os últimos anos constituem bolhas que tendem a explodir mais cedo ou mais tarde.



O Brasil na crise

Uma eventual elevação das taxas de juros nos EUA pode acionar o gatilho da crise cambial no Brasil, tornando inevitável a desvalorização do real. Durante o mês de maio, como reflexo do agravamento da crise na Ásia, foi registrada uma fuga de capitais do país no valor de US\$ 3,48 bilhões.

As bolsas sofreram e vêm sofrendo fortes declínios e o vice-diretor-gerente do FMI, Stanley Fischer, alertou o governo para a possibilidade de um ataque especulativo contra a moeda nacional.

Dependência agravada

A política neoliberal do governo FHC agravou sobremaneira a dependência da economia nacional frente ao capital financeiro internacional. Desde que deixou de ser uma colônia de Portugal, o Brasil nunca foi tão depen-

dente e vulnerável. As necessidades de pagamento ao exterior neste ano superam a casa dos 50 bilhões de dólares (somando amortização e serviço da dívida, remessa de juros e outros déficits em transações correntes) e - em função do crescimento da dívida externa, hoje em torno de 210 bilhões de dólares - tende a bater novos recordes nos próximos anos.

Para fechar o balanço de pagamentos, é preciso uma contrapartida equivalente em termos de ingresso de capital - em suas diversas modalidades, computados investimentos diretos (aquisições - principalmente via privatizações - , aplicações nas bolsas, em títulos) ou empréstimos.

Insaciáveis e arrogantes, os investidores estrangeiros estão à vontade para fazer imposições - entre elas juros na estratosfera, privatização de empresas estratégicas e a pre-

ço de banana, supressão de direitos sociais, precarização das relações e condições de trabalho.

A situação atual é insustentável a médio prazo. Não é possível satisfazer permanentemente uma necessidade de financiamento externo que envolve valores superiores a 50 bilhões de dólares anuais e é crescente.

Hoje o Brasil pratica os juros mais elevados do planeta (depois da Rússia), há o crescimento vertiginoso da dívida pública (em 100 bilhões de dólares nos últimos 12 meses), o aumento do Imposto de Renda retido na fonte, a queda do PIB (de 1,1% no primeiro trimestre deste ano, comparado aos três últimos meses de 1997) e o entreguismo desvairado do patrimônio público.

E, apesar de tudo isto, o fantasma da crise cambial não foi afastado...

A globalização nos campos da França

Ary Rocco Junior

A globalização está colaborando para que as inovações táticas, dentro dos campos de futebol, sejam cada vez mais raras. É o que podemos constatar na Copa do Mundo da França.

As principais seleções candidatas ao título jogam de maneira muito parecida. A Alemanha atua com dois atacantes-definidores, Bierhoff e Klinsmann, e um meia-atacante, Möeller, jogando próximo deles. A Argentina joga com Claudio López e Batistuta, na frente, e "Burrito" Ortega, na armação à dupla de ataque. A França, com Thierry Henry e Dugarry, no ataque, e o criativo Zidane, no apoio. A Itália, com a dupla Del Piero e Vieri, mais o meio-

campista Roberto Baggio; e o Brasil, com o fenômeno Ronaldinho e seu companheiro Bebeto, mais Rivaldo na aproximação, não representam exceção.

O futebol vive, desde o final dos anos 80, uma grave crise. Em razão de seu caráter universal e da facilidade com que os meios de comunicação colocam o esporte, todos os dias, à disposição de jogadores, técnicos e estudiosos de todas as partes do mundo, a inovação tática torna-se cada vez mais difícil.

A grande maioria dos atletas das seleções favoritas ao título do Mundial atua fora de seu país de origem. Ronaldinho, por exemplo, com apenas 21 anos, já atuou na Holanda, Espanha e Itália. Klinsmann, veterano astro alemão,

jogou na França, Itália e Inglaterra. O brasileiro Leonardo, 28 anos, foi ídolo na Espanha, França, Japão e Itália. Tudo isso leva a uma globalização do esporte.

A maneira rápida como as corporações transnacionais difundiram-se pelo mundo também se faz sentir nos campos da França. Grande parte dos produtos fabricados por essas empresas não tem nacionalidade definida. Um carro com a marca dos EUA pode conter peças fabricadas no Japão, ter sido projetado na França e montado no Brasil. O mesmo ocorre com os jogadores que compõem uma seleção. A Nigéria, por exemplo, tem cinco atletas atuando na Espanha; quatro na Turquia; dois na França, Itália e Holanda; um na Inglaterra,

Alemanha, Suíça e EUA; e apenas três em casa (reservas na seleção). Todos dirigidos por um sérvio.

O inesperado praticamente inexistente no futebol atual. As Copas da Itália, em 1990, e dos Estados Unidos, 1994, foram marcadas pelo baixo nível técnico e tático e pela "mesmice". O Brasil, para ser tetra em 94, teve que rever sua maneira de atuar. Foi campeão jogando à "européia".

As seleções que se destacam na França apresentam talentos individuais acima da média, como são os casos brasileiro e holandês. A grande surpresa, a Nigéria, se sobressai em função das condições atléticas individuais de seus jogadores, não em razão do plano tático elaborado pelo

inteligente técnico Bora Milutinovic.

A outrora criticada exploração política de vitórias nos gramados deu lugar à influência do poder do patrocínio. A seleção de jogadores da Nike ou da Adidas é, por vezes, mais importante do que a seleção brasileira ou a alemã.

A elevação da média de gols, resultado da extinção da repescagem e da elevação do número de participantes (de 24 para 32), apenas revela a busca da vitória, onde cada derrota poderia ser fatal. A falta de novidades táticas faz prever, para as próximas fases, um grande número de prorrogações e penalidades máximas, ou a explosão de talentos individuais capazes de decidir partidas a favor de seus países.

LOUCO DE AMOR PELO BRASIL

José Carlos Ruy

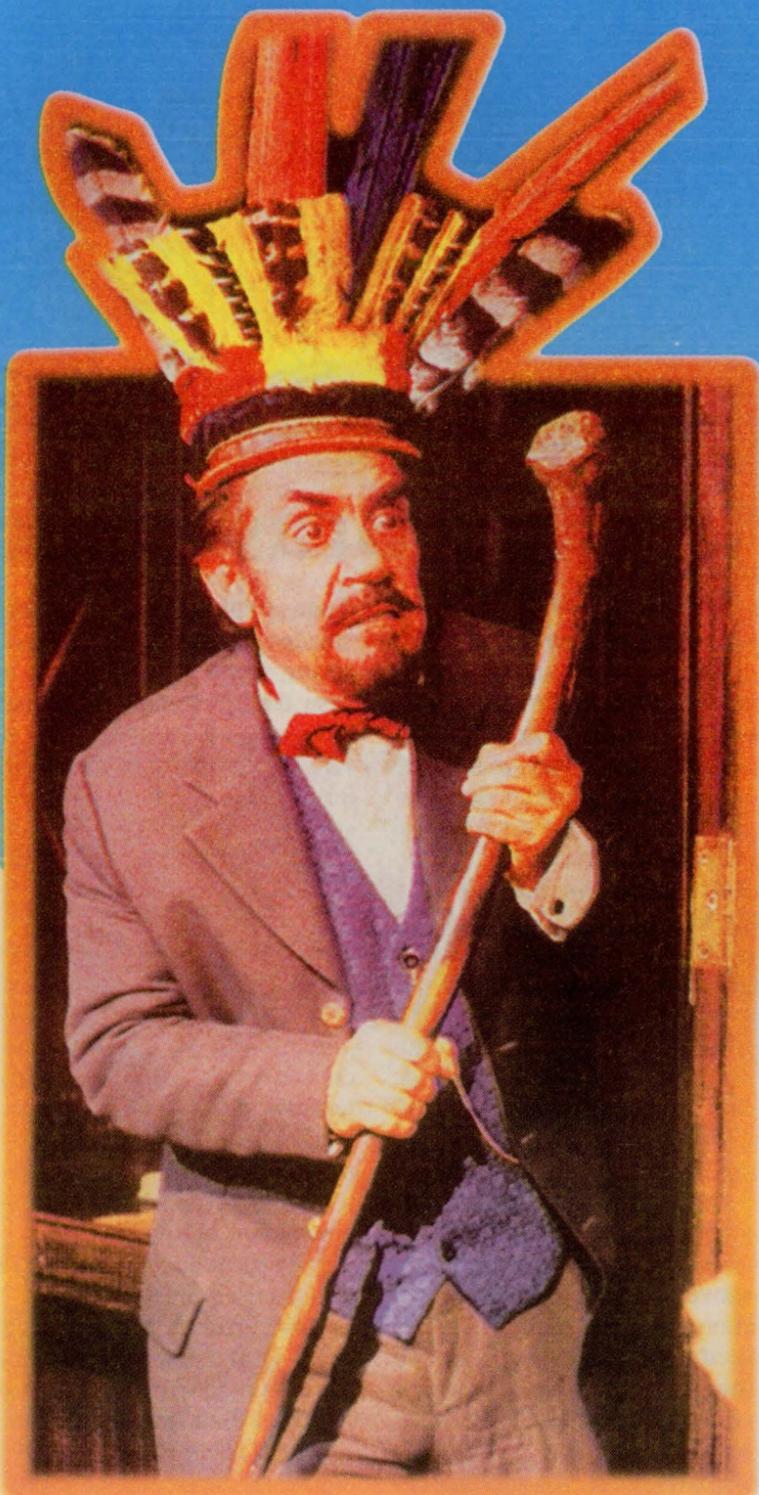
Policarpo Quaresma, herói do Brasil, é um desses filmes destinados a encantar o público e desagradar a crítica - ou pelo menos parte dela. Afinal, nestes tempos de globalização e valorização de tudo o que é estrangeiro, um herói nacionalista como Policarpo vai mesmo estar na contramão.

Foi Lima Barreto quem contou, em 1911, a história do *Triste fim de Policarpo Quaresma*, que ocorre durante o governo do marechal Floriano Peixoto. Policarpo foi transposto para a tela pelo cineasta Paulo Thiago, na pele do ator Paulo José, uma coincidência irônica: foi o mesmo Paulo José que, em 1969, fez *Macunaíma*. A ironia prende-se ao fato de que *Macunaíma* pretendia ser o retrato de um brasileiro malandro, cabotino, de caráter duvidoso - *sem caráter*, como diz o subtítulo do livro de Mário de Andrade. Policarpo, ao contrário, é o herói positivo até a ingenuidade, crédulo, ético e otimista. Um tipo, portanto, oposto àquele.

O ambiente da história é o Brasil do começo da República, cujos males e virtudes se resumiam no microcosmo representado pelo Rio de Janeiro de então, e que é primorosamente reconstituído no filme.

"O filme é histórico, mas o que me interessa na obra do Lima é sua contemporaneidade", diz o diretor Paulo Thiago. "Decidi fazer o filme ao reler o livro, há uns três anos atrás, e perceber que havia três pontos provocantes que poderiam ser realçados numa adaptação para a tela: o patriotismo excessivo do personagem, num momento em que só se fala em globalização; um personagem sonhador e idealista, num momento de crise de idéias; e um personagem de princípios, ético, que vive no império do jeitinho", diz.

A atualidade da história é indisfarçável. Além do velho



Paulo José interpreta Policarpo Quaresma

deslumbramento com tudo o que é estrangeiro, característico de nossa elite colonizada, o Brasil ainda defronta-se com problemas semelhantes neste outro final de século - o latifúndio, o povo lutando por um pedaço de terra, o poder público voltado ao atendimento dos interesses das classes dominantes, e alheio aos dramas e às demandas dos trabalhadores, uma elite oligár-

quica e financeira que se considera estrangeira em sua própria terra, profundamente ignorante, alienada, destituída de interesse público, voltada apenas para seus mesquinhos interesses imediatos. Ignorância e alienação exemplificadas pelo marechal que proclama, sem pejo e com alarde que "há 40 anos não pego num livro"; ou o bacharel que lamenta que um homem sem formação

universitária possa pegar em livros (um perigo, pensa o bacharel).

É contra esse tipo de gente que Policarpo investe seu nacionalismo extremado, louco de amor pelo Brasil, suas coisas, seu povo. Sua figura varia da caricatura cruel, apresentado como um xenófobo patético que quer trocar o português, como idioma oficial do país, pelo tupi guarani, ao estudioso que elabora um projeto completo de desenvolvimento autônomo, apresentado - e não aceito - ao presidente da República. Um projeto que previa a distribuição de terras aos lavradores pobres; em que o Estado assumia a responsabilidade pela educação e pela saúde da população; que pretendia construir um grande país baseado nas forças próprias de nosso povo.

Para defender a República, Policarpo não hesita em juntar-se ao presidente, o marechal Floriano Peixoto, e participa ativamente da luta contra os almirantes revoltados de 1893 que queriam trazer a monarquia de volta. Mas, em seguida, desencanta-se com o presidente que, aliás, é injustamente apresentado tanto no livro como no filme como um tirano voltado à solução de seus próprios problemas financeiros e e um vira-casacas que, ao final da revolta da armada, junta-se à oligarquia que combateu a República de armas nas mãos, e que foi derrotada pelo Marechal de Ferro.

Injustiça que não corresponde à verdade histórica: vitorioso contra o levante dos almirantes reacionários e monarquistas, Floriano foi derrotado em sua sucessão pelas forças oligárquicas de São Paulo e, desgostoso, não compareceu sequer à transmissão do poder ao novo presidente, o fazendeiro paulista Prudente de Moraes. Ele preferiu ficar em sua casa, cuidando do jardim. Morreu pouco tempo depois, pobre.

Essa injustiça, contudo, não diminui o valor do livro

ou do filme. Aliás, como tudo se passa em tom de farsa, o caráter farsesco do marechal presidente pode abstrair a verdade histórica do momento da ação, e generalizá-la para o comportamento usual das classes dominantes em nosso país: no fim, elas sempre acabam se entendendo e se unem contra o povo, a nação e a democracia.

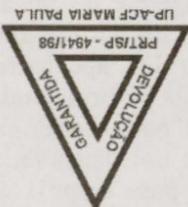
A farsa é um gênero difícil. Por isso, Paulo Thiago inspirou-se em modelos como *Doutor Fantástico*, de Stanley Kubrick, ou *O incrível exército de Brancaleone*, de Mario Monicelli, para acertar o tom. Assim, cuidadosamente construída, a farsa, permite colocar o problema da loucura atribuída a Policarpo em outro diapasão. Nosso herói chega mesmo a ser preso em um manicômio, tido como insano pela ênfase com que defendia a Pátria e insistia trocar todos os estrangeirismos, materiais ou importados, por seus sucedâneos brasileiros.

Policarpo aparece como louco por confrontar a norma. Mas, olhando melhor, e despidendo a ação *normal* de sua racionalidade aparente, os loucos, os insanos, passam a ser os outros, os que se dobram aos ventos dominantes, os que deixam-se levar pela correnteza. São os donos do poder e seus acólitos, capazes de todas as traições, vilezas, indignidades, mesquinhas, para defender seus privilégios, suas posições, suas carreiras.

Então, quem é o louco: aquele capaz de amor, compaixão, patriotismo, sacrifícios, ou os que "seguem as regras", os que trocam o sonho da utopia pela realidade mal-são do *possível*, os que se submetem e acatam a impiedosa lógica imposta que a classe dominante impõe para que o mundo continue como está?

Este é o dilema que, embora já velho nos tempos do Major Policarpo Quaresma, continua vivo e viçoso em nossos dias. Um dilema que incomoda certa crítica das grandes revistas semanais de informação.

IMPRESSO



CEP 01318-020 - São Paulo - SP

Rua Adoniram Barbosa, 53 - Bela Vista

Tel.: (011) 3104 4140



CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois